



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E APARTAÇÃO RACIAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE LAGES/SC.

**Lilian Louise Fabre Santos** (UFSC) - arqlilianfabre@gmail.com

*Arquiteta e urbanista (UFSC). Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN). Doutoranda Pós-ARQ-UFSC. Professora colaboradora do curso de arquitetura e urbanismo na Universidade do Estado de Santa Catarina.*

**Soraya Nór** (UFSC) - soraya@arq.ufsc.br

*Arquiteta e urbanista (UnB). Especialista em Urbanismo e História da Cidade (UFSC). Mestra em Geografia (UFSC). Doutora em Geografia (UFSC). Pós-doutora em Urban Design (Oxford). Professora de arquitetura e urbanismo e Pós-ARQ-UFSC.*

**Fernando dos Santos Calvetti** (USP) - fernando.calvetti@gmail.com

*Arquiteto e urbanista (UFRGS). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS). Doutorando FAU-USP. Professor de arquitetura e urbanismo na Universidade do Planalto Catarinense e colaborador da Universidade do Estado de Santa Catarina.*

## **Segregação socioespacial e apartação racial na produção do espaço urbano de Lages/SC.**

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo faz parte de uma pesquisa maior ainda em andamento e investiga relações entre a segregação socioespacial e apartação racial na produção do espaço urbano de Lages/SC.

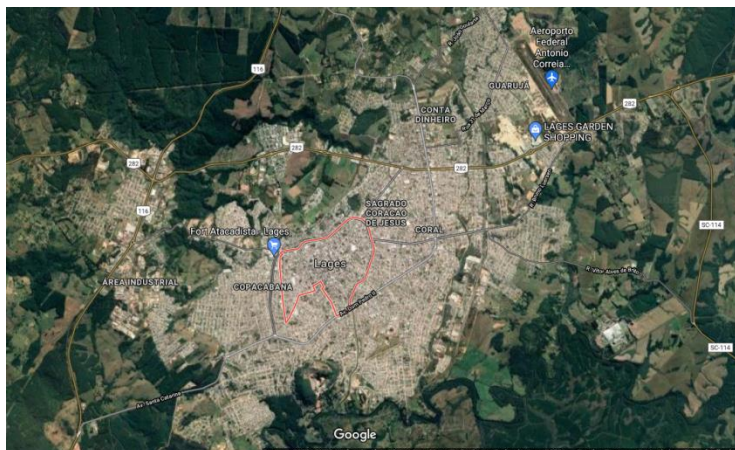
Com população estimada em cerca de 160 mil habitantes, dos quais cerca de 98% se localizam na área urbana (IBGE, 2010), Lages se caracteriza como uma cidade média, não apenas pelo porte, mas por sua função como centro de serviços públicos e privados para a coletividade urbana e para as populações vizinhas da mesorregião planalto catarinense (BOLAY, 2003). Mesmo com uma participação da indústria no PIB da cidade e da região maior do que a média estadual, o setor que melhor caracteriza a economia urbana da cidade nos dias de hoje é a atuação e desenvolvimento do setor terciário, responsável por mais da metade dos empregos formais da cidade segundo dados de ocupação e empregos divulgados pelo IBGE em 2016.

O último período de grande atividade econômica da cidade remete à indústria madeireira, ou “ciclo da madeira”, entre os anos de 1950 e 1970. Período caracterizado por intensa exploração dos recursos naturais locais, quando o município passou a receber grandes contingentes de trabalhadores e acabou se configurando como o polo receptor do êxodo rural da região. Em meados da década de 1960, Lages entrou em uma crise econômica motivada pela crise do setor madeireiro já que a extração predatória intensiva nas décadas anteriores levou ao esgotamento das reservas naturais. Todo esse período é caracterizado pelo adensamento urbano (entre 1950 e 1960 houve um aumento da população de 189% e entre 1960 e 1970 em torno de 137%, segundo dados do IBGE), aumento da periferia e dos problemas sociais (PEIXER, 2002).

Reconhecemos a pertinência dos poucos trabalhos, principalmente nas áreas de sociologia e história, que demonstram a situação da periferia de Lages no final do século XX. Citamos nesse intento Paes (1982), que menciona que 60,65% da população se encontravam em bairros periféricos e desprovidos de serviços básicos. Tais trabalhos destacaram que a maior parte da população periférica naquele período era formada por caboclos oriundos dos campos e do meio rural, principais responsáveis pela produção nas madeireiras e serrarias, e também principais agentes na formação de novos bairros e vilas.

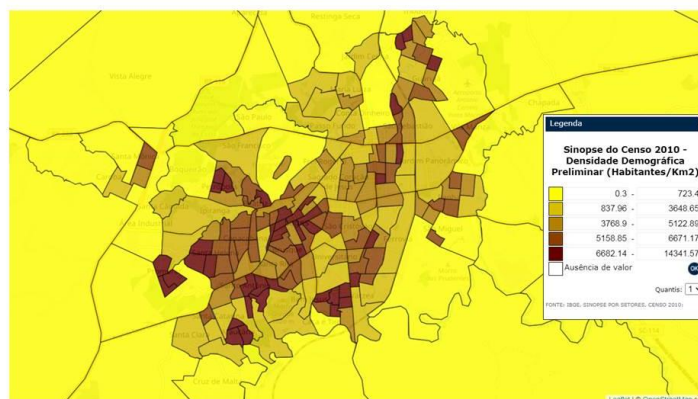
O processo de crescimento exponencial da cidade, atrelado à crise nacional do ciclo madeireiro, favoreceu o adensamento da periferia (figura 1), constituída majoritariamente por um grupo de espoliados urbanos (PEIXER, 2002). Situação que se desdobra até a contemporaneidade, com um tecido urbano fragmentado, segregado, com bairros periféricos cada vez mais distantes das centralidades e com baixa infraestrutura urbana e habitacional. O mapa da densidade demográfica permite que se identifique uma distribuição difusa da população. Apontando para um tecido espraiado (figura 2).

Figura 01: Imagem em satélite da cidade de Lages/SC, com Centro demarcado em vermelho.



Fonte: Google maps, 2021.

Figura 02: Mapa da densidade demográfica de Lages/SC por setor censitário.

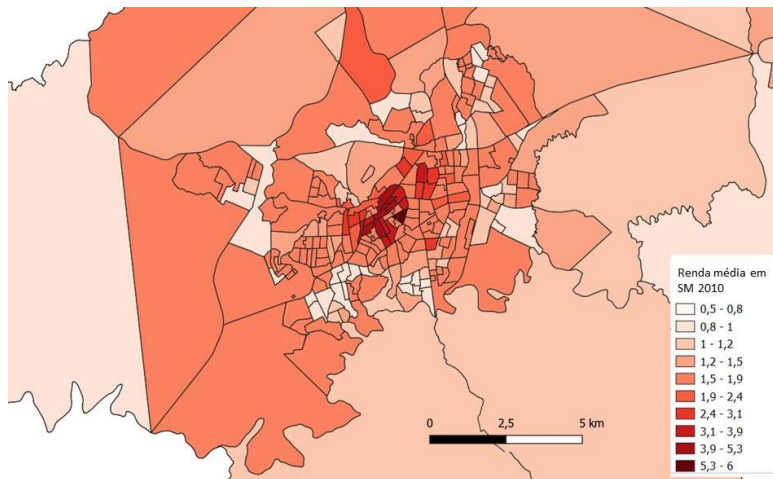


Fonte: Elaborado pelos autores no software Qgis a partir de dados do IBGE (2010).

Outro levantamento elaborado para fins dessa pesquisa foi o da renda média global em salários-mínimos (IBGE, 2010). Contrastando os dois mapas é possível perceber que grande parte dos setores censitários com maior densidade demográfica nas periferias é igual aos de rendas mais baixas, de 0,5 a 1 salário-mínimo. Em contrapartida, os setores censitários centrais, que também se apresentam como área de maior densidade demográfica (nesse caso relacionada com a verticalização) são os com os maiores índices de concentração de renda. É possível identificar no mapa e delinear de maneira empírica, uma região de residência de classes dominantes dadas características das edificações habitacionais e infraestrutura urbana disponível, do centro fundacional em direção a nordeste.

Partiremos da premissa enunciada por Flávio Villaça (2011) de que “nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias.” Lembrando que, ainda segundo o autor, a segregação urbana não deve ser apenas descrita, mas explicada de maneira articulada à totalidade social (os aspectos econômico, político e ideológico da sociedade) e a seus movimentos de dominação.

Figura 03: Mapa da renda média global de Lages/SC por setor censitário.



Fonte: Elaborado pelos autores no software Qgis a partir de dados do IBGE (2010).

Villaça (2009) traz alguns aspectos fundamentais para se refletir sobre como a segregação urbana se articula com dominação e desigualdade, dos quais destacamos: a importância de negar a forma clássica de segregação que se apresentaria sob a forma de círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia. Abordagem que de fato pouco explicaria sobre a segregação urbana em Lages; e a importância de historicizar a segregação já que ela é produzida historicamente, sendo produto e produtora do conflito social.

Seguindo esta lógica retomamos a bibliografia produzida sobre a constituição do espaço urbano de Lages, onde se destaca o contexto de criação do primeiro bairro da cidade (além do centro) que é o Bairro da Busque, datado de 1890, sendo um território que fora habitado por escravos libertos e seus descendentes (PEIXER, 2002). Consistia num autêntico território negro, tendo seu início como um local de maior visibilidade da população afrodescendente (GOMES; LIZ; 2006), no qual segundo ROSA (2016) até atualmente “é um espaço da cidade que traz uma característica específica, o jeito de ser e viver predominantemente da cultura negra” (p.144).

Ainda são poucos os estudos que elegem a raça/etnia como categorias analíticas centrais para a observação da segregação urbana e, segundo Oliveira (2012) quando a raça aparece ocupa um lugar de pouco destaque. Vargas (2005) contextualiza que a literatura nacional aborda raça nas entrelinhas, ou seja, está no universo da segregação da pobreza. Neste breve exercício não se pretende esgotar a pesquisa sobre a segregação urbana em Lages, mas refletir sobre como a segregação espacial se apresenta como um mecanismo de dominação de pessoas negras não apenas no espaço urbano, mas também através dele.

## O PROCESSO HISTÓRICO DE SEGREGAÇÃO URBANA EM LAGES: DA VILA AOS PRIMEIROS BAIRROS

Lages, datada do século XVIII, é a quarta cidade mais antiga do estado e primeira localizada no seu interior. Servia inicialmente como ponto de parada

do Caminho das tropas, uma das principais rotas de comércio de mulas e gado bovino do Rio Grande do Sul (produtor) para São Paulo (consumidor). À medida que este comércio cresceu, foram criando-se ao longo do Caminho das tropas propriedades da terra, surgidas a partir de concessão real (sesmarias e heranças) e da compra, que possibilitaram a ampliação das atividades de pecuária e agricultura. Nesse momento de crescimento econômico foi solicitado, em 1766, pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo ao guarda-mor Antônio Correia Pinto de Macedo, então regente do sertão de Curitiba, que se fundasse o núcleo urbano do município para maior controle deste território.

A formação do núcleo populacional na vila incluía os indivíduos livres, forros e escravos. Como o modelo de colonização adotada era fundamentado na propriedade da terra, tanto os detentores de fazendas, quanto proprietários de sítios de médio e pequeno porte, nos quais a produção agrícola era voltada para a subsistência e o abastecimento local, empregavam da mão de obra de agregados e escravos a fim de executar os trabalhos domésticos, da pecuária e da agricultura (VICENZI, 2015).

Uma das principais referências do estudo histórico da fundação de Lages é a coletânea “Continente das Lajens” do historiador Licurgo Costa. Porém, nela o historiador afirma que “em relação ao restante da Província de Santa Catarina, e considerando sua extensão territorial, Lages não foi um município de grande população escrava” e mais a diante o autor procura explicar o fato alegando que a região “[...] não apresentou um índice expressivo de população escrava foi o fato de este ser um centro quase que exclusivamente de atividades pastoris e o negro não ter sido, nunca, um grande entusiasta das lidas do campo.” (Costa, 1982, p. 181)

Recentemente a historiadora Miriam Branco contrapõe a afirmação de Licurgo Costa que torna invisível a escravatura em Lages e, conseqüentemente, a presença da população negra do planalto catarinense, através de dados do Primeiro Recenseamento do Brasil, onde mostra que:

Quanto à população, a região do Planalto catarinense em 1872 era de 14.549 habitantes, dois quais 10,9% eram escravos. Dos 89,1% restantes e classificados como habitantes livres 28,5% eram pardos, 2,98% eram pretos, 3,24% eram caboclos. Constituindo assim uma parcela não branca que representava 45,17% da população da região. (BRANCO, 2002, p.11)

Alguns trabalhos mais recentes de História e Antropologia têm tratado a invisibilidade e insignificância da presença negra em Santa Catarina, através da desconstrução dos discursos históricos, como o do historiador Licurgo Costa, literários e dos meios de comunicação que projetaram e projetam a imagem de um Estado catarinense branco e europeizado (MARCON, 2010). Marcon (2010), ao analisar a “ideologia do branqueamento”, aponta que um dos maiores desafios temáticos em relação à visibilidade negra é trabalhar com a história da população negra após a escravidão, pois, desde os últimos anos do século XIX, o discurso da imprensa e de parte da intelectualidade daquela época orientava pelos interesses de uma elite branca e burguesa, tornando-se os veiculadores das ideias de progresso e civilização que ela absorvia do exterior. Para os teóricos da época, justificados pela reprodução de teorias

científicas absorvidas da Europa como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo-social, a miscigenação seria o caminho para o “progresso e civilização” brasileira. Como exemplo o estímulo à entrada de imigrantes no país, onde ocorreria uma miscigenação seletiva, onde prevaleceria a vitória da “raça” branca superior. Promover a invisibilidade negra foi um dos suportes da “ideologia do branqueamento”.

Foi também naquele mesmo período – dos últimos anos de escravidão às primeiras décadas da República – que se enfatizou a necessidade de consolidação de um processo “civilizador” e urbanizador da sociedade brasileira. Assim, a característica dos primeiros trinta anos do período pós-escravista foi o prevalecimento de uma orientação ideológica e política, corroborada pelos intelectuais brasileiros da época, que esteve empenhada em coagir as manifestações populares e em propagar um discurso de igualdade e mestiçagem racial que invisibilizasse e imiscuisse o negro numa massa popular única (MARCON, 2010, p.20).

Os discursos e práticas de urbanização como instrumento “civilizador” da sociedade brasileira, sob os moldes e domínio da elite branca, também foi o mote das ações de intervenção do espaço urbana da então pequena e longínqua vila de Lages. Devido a matriz econômica ser a pecuária extensiva a maior parcela da população da região não estava na vila. Inclusive mapas e iconografias mostram que desde a fundação no séc. XVIII até o início do séc. XX a dimensão urbana da cidade pouco se alterou além dos arruamentos iniciais. De qualquer maneira como no período a população escravizada residia na mesma unidade habitacional que os senhores, não havia uma diferenciação espacial entre os a população branca e não branca na localização urbana.

É somente com a abolição da escravatura no final do século XIX que os ex-escravos, agora libertos, se deslocaram para a vila em busca de oportunidades de emprego e moradia, visto que não conseguiam trabalhar como funcionários nas fazendas localizadas na área rural (MARCON, 2010). São doados terrenos para essa população em uma área mais afastada da cidade, que formarão os primeiros bairros de uma vila que até o momento era compreendida com uma área homogênea. Assim se inicia o processo de segregação espacial de Lages. Nesta área de formam posteriormente três bairros: Busque, Banhado e Lagoão. Eram bairros de população simples, onde operários, lavadeiras, trabalhadores braçais, alguns soldados do destacamento policial viviam, conjunto com a totalidade de moradores negros (PELUSO JÚNIOR, 1991).

Figura 05 e 06: Bairros da Brusque e Lagoão, respectivamente.



Fonte: PELUSO JÚNIOR, 1952.

A chegada dos ex-escravos na área urbana de Lages desencadeia não só a ocupação de áreas mais periféricas, mas também discursos de modernização e higienização do centro da cidade os quais objetivavam uma reurbanização e readequação dos usos e costumes, seguindo padrões europeus, prescritos pela elite dominante (MARCON, 2010; PEIXER, 2000). A passagem do século XIX para o século XX é marcada por grandes investimentos públicos com objetivo de ordenar, disciplinar e higienizar o espaço urbano<sup>1</sup>. Sendo eles, obras de embelezamento das vias e praças públicas, construção de edificações institucionais monumentais, surgimento de sociedades recreativas privadas (coagindo manifestações populares em espaços abertos) e a reformulação dos códigos de posturas e leis municipais em geral. Com destaque para as normatizações das construções urbanas previstas na Lei orgânica municipal de 1895, que se estabelece um Conselho Municipal, onde compete no artigo 09, “regular as edificações das frontarias dos prédios, obedecendo quanto possível ao bom gosto e arquitetura moderna”.

Quanto à ocupação urbana definia-se padrões de alinhamento das edificações, praças e largos, como exemplo do artigo 14 que define que “os proprietários de quadras de rua ficam obrigados a calçar os passeios das frentes dos seus terrenos”, bem como o artigo 20 onde “nenhuma frente de casa será construída sem ser de tijolos ou pedras”. Regulamentações que dificultavam a construção de edificações por grupos menos abastados na área central já que proibiam o uso de fachadas em madeira, material abundante da região e de fácil extração e manuseio. Além das restrições para a construção havia regras que encareciam a manutenção das casas, como a definição no artigo 24 que as pinturas das fachadas das casas deveriam usar cores claras, bem como a obrigação no artigo 35 da pintura das residências, anualmente, no período de setembro a dezembro. (PEIXER, 2000)

Enquanto a legislação e os investimentos públicos na área central visavam a “modernização” e embelezamento, nos bairros são criadas instituições de controle e assistencialismo como a construção em 1904 da Nova Cadeia, que antes funcionada na praça fundacional juntamente com a casa de câmara, a construção do Centro Cívico Cruz e Souza em 1918) e o Asilo Vicentino, 1941. Além disso, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos que se localizada na outra extremidade do centro é demolida nos anos 1930.

Segundo relatos de moradores antigos coletados por Rosa (2016), uma das alegações para a construção da nova cadeia no bairro da Brusque era o argumento que as lavadeiras entravam muito em conflito e, portanto, a existência da cadeia as intimidaria. Já o contexto da criação do Centro Cívico Cruz e Souza era a forma de organizar as manifestações negras, que antes

---

<sup>1</sup> O historiador Fabiano Garcia chama esse processo de “modernização conservadora” – moderno porque partilha os valores difundidos hodiernamente nas metrópoles, e conservadora porque não alterou as posições de poder e o status quo. Em 1901 foi inaugurado o expressivo prédio do paço municipal, marco do poder público local. Em 1913 foi finalizado o prédio do Grupo Escolar Colégio Vidal Ramos, um dos maiores do Estado. Em 1922 foi concluída a construção da catedral diocesana, monumento oficial do poder da religião católica (GARCIA, 2017 P. 14).

aconteciam nas ruas, para que seguissem os preceitos impostos pelo poder público. Assim a elite passa a apoiar um grupo de negros interessados em criar uma associação, a qual tinha como propósito promover o levantamento moral, intelectual e social da população negra do município (ATAIDE, 1988). Por fim, impondo quais habitantes eram socialmente aceitos e quais era indesejáveis às ruas, é fundado o Asilo Vicentino em 1941, que tinha como premissa “resolver o problema da mendicância, esta, preocupação latente das colunas dos jornais que circulavam em Lages” (MIRANDA, 2001, p.52).

Figura 07: Mapa de Lages, 1940.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, adaptado pelos autores.

E quando os negros resolviam utilizar os espaços públicos do centro de Lages? Um dos principais pontos de encontro da população lageana permanecia sendo a praça central da cidade, hoje denominada João Costa, que apesar de ser um espaço público era dominada pelos grupos de poder, os quais determinavam as atividades e segregavam que a podiam utilizar. Peixer (2000) descreve:

Ao final da tarde, acontecia o “footing” - palavra inglesa que significa caminhar - a qual foi incorporada ao cotidiano da cidade, frequentemente utilizada nos jornais e mencionadas nas entrevistas realizadas. O “footing” acontecia no momento em que os jovens e, às vezes, as famílias caminharam na praça. **Aparentemente não haveria espaço mais democrático, porém, cada grupo tinha esse local definido. De um lado da rua negros e pobres, no meio os consideravam “classe média” e no outro lado da rua ricos.** Essa linha divisória, imaginária, que dividia a praça, foi significativa ao ruir com a imagem e idílica de Lages, da cidade família; a divisão era muito clara entre os grupos sociais, internalizada e vista como perfeitamente natural (PEIXER, 2000, p.130, grifo nosso).

Essa configuração de cidade onde os espaços são bem estruturados e controlados se relaciona com o contexto político do coronelismo que perdura até a década de 40 do século XX, onde a cidade de Lages funcionava como sede religiosa e administrativa, mas estruturava seu cotidiano e sua economia



numa relação de estreita vinculação com as atividades da pecuária extensiva e o poder de suas oligarquias (PEIXER, 2002).

A partir de 1940 inicia um novo ciclo econômico pautado na exploração da madeira e com ele novos grupos, novas atividades e novos espaços começam a se estruturar na cidade. Lefebvre (2001, p.58) aponta que a cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e propriedade, situação latente e intensa nesse período e que marca uma ruptura na cidade de Lages.

## **CICLO DA MADEIRA E UMA NOVA (E BRANCA) CENTRALIDADE**

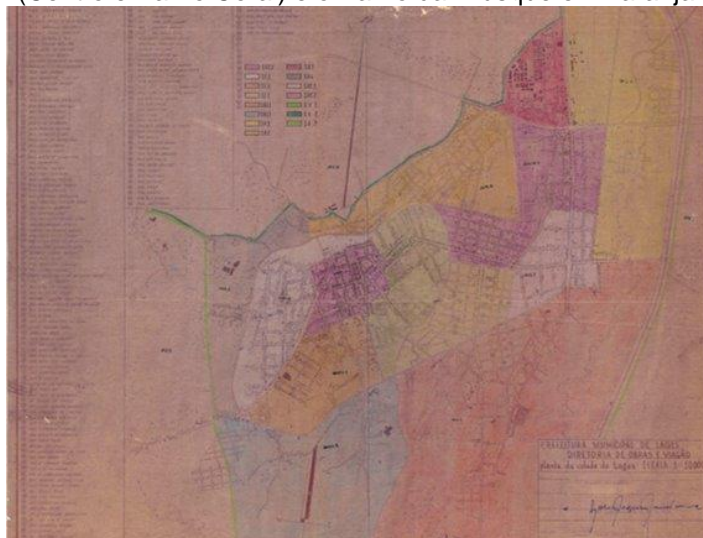
O desenvolvimento acelerado e o grande boom econômico proporcionado pelo ciclo da madeira levaram a um grande aumento populacional, a uma intensa urbanização e ao adensamento da área central da cidade, consagrando-se como polo da Serra Catarinense e uma das cidades mais populosas do estado. Período esse de grande circulação de pessoas, mercadoria, dinheiro e expansão dos limites da cidade, e também, período em que novos grupos, portadores de novos interesses, entraram na disputa pela hegemonia econômica, política e cultural.

Estabeleceu-se um conflito entre essa nova elite econômica e a tradicional elite econômica e política. Ambas procuravam identificar-se como agentes de progresso e modernizadoras da região: nos discursos, as elites nativas consideravam esses “novos ricos” como exploradores ou aves de arribação; em contrapartida eram considerados pelos novos ricos como sendo “atrasados, elite decadente e insensíveis ao progresso”. “Essas cartografias de alianças e conflitos estavam inscritas no corpo da cidade, delineavam-se em sua gestão, na constituição do espaço urbano, entre eles, por exemplo, a criação do Bairro Coral como sendo o bairro dos gringos” (PEIXER, 2002, p. 111).

Localizado num dos principais acessos à cidade (a antiga BR-2) e a aproximadamente 3 km da área central, o Bairro Coral foi ocupado por migrantes oriundos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul e de descendentes italianos. Com a instalação de serrarias, empresas de serviços, comércio e setor financeiro, o bairro foi, ao longo dos anos, construindo sua autonomia em relação ao Centro da cidade. Na década de 70, passou a ser conhecido como “bairro-cidade”, codnome dado pela rádio Difusora, instalada no bairro. “Essa característica do bairro é bem marcante na cidade, o que delinea Lages como uma cidade policêntrica, com cotidiano urbano entrelaçado em dois pólos: centro – coral” (PEIXER, 2002, p. 118).

É perceptível que novamente a cidade de Lages, representada pela centralidade principal, território das classes dominantes, se fecha para a inclusão de outros grupos sociais. A diferença agora é que este grupo de migrantes brancos, que não estavam na situação de vulnerabilidade econômica e social dos negros recém libertos da escravidão, puderam criar um novo bairro com infraestrutura suficiente para ser autônomo do centro principal.

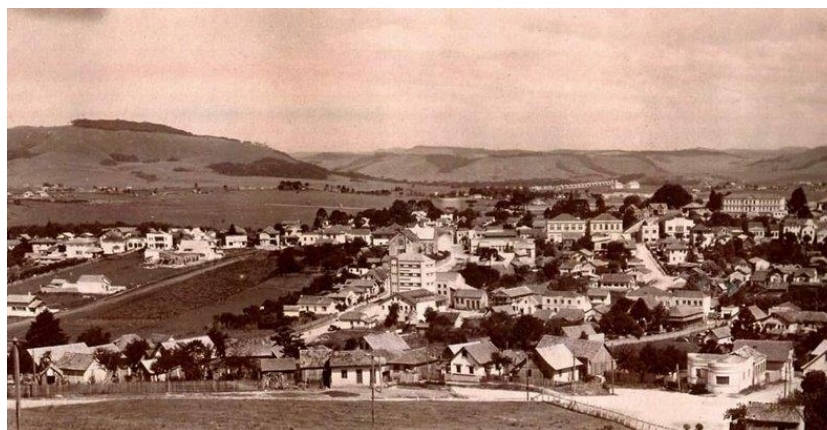
Figura 08: Zoneamento da área urbana de Lages, demarcando as centralidades em roxo (Centro e Bairro Coral) e o Bairro da Brusque em Laranja.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 1964.

Apesar as disputas políticas, econômicas e simbólicas entre o Centro e o bairro Coral, e do fato deste também ser fundado espacialmente segregado do restante da cidade, é em sua direção que o vetor de segregação das classes dominantes - brancas – se desloca, isto é, em orientação oposta os bairros negros.

Figura 09: Vista aérea do centro de Lages em 1959. É possível perceber os grandes vazios urbanos que rodeavam o Centro. A fileira de edificações que se destaca à esquerda da imagem é a rua que faz a ligação entre o Centro e o Bairro Coral. No fundo da imagem, ao pé do morro aparece a Conjunto Habitacional Popular.



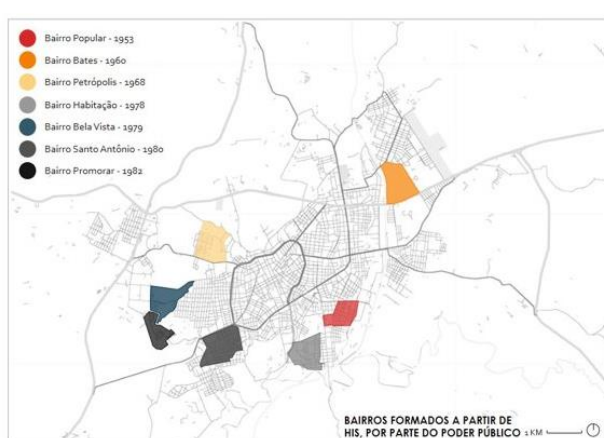
Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 1959.

Em contrapartida, a periferia que recebe grandes contingentes de trabalhadores das áreas rurais da região, para trabalhar nas madeireiras e serrarias, se configura distante do centro, sem ordenamento e sem infraestrutura urbana. Em meados da década de 60, Lages entra em uma crise econômica, motivada pela crise do setor madeireiro, já que a extração predatória intensiva levou ao esgotamento das reservas naturais. Esse período é caracterizado pelo adensamento urbano, aumento da periferia e dos problemas sociais, conforme destacado nas considerações iniciais.

## DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Nas décadas seguintes são construídos por parte do poder público conjuntos de interesse social com o objetivo de sanar o déficit habitacional. Todos localizados na periferia e todos, com exceção no Bairro da Bates, no vetor oposto ao das classes dominantes. O bairro da Brusque, que neste contexto tem uma localização central na cidade, “começa a receber melhorias em sua estrutura urbana, sanitária e habitacional que levaram à valorização dos terrenos, incentivando várias famílias negras a venderem seu lote de terra e mudar-se para outros bairros mais distantes, como a Habitação e o Popular que na contemporaneidade contém um forte contingente de famílias negras” (ROSA, 2016, p.147).

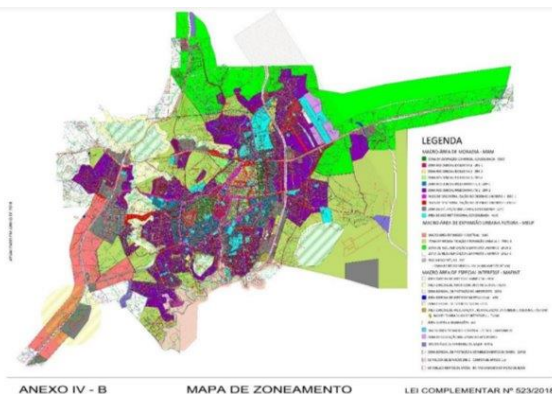
Figura 09: Mapeamento dos bairros de Lages formados a partir de HIS, por parte do poder público.



Fonte: OMIZZOLO, 2020.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Lages - PDDT (2018) fortalece essa configuração urbana quando define como “ZREU - Zona de requalificação e expansão urbana” as áreas marcadas em verde no mapa do zoneamento abaixo, dando a continuidade do vetor de segregação da classe dominante. Atualmente é nessa direção que se localiza o Shopping Center de Lages, a Mega loja Havan, e estão em construção uma sede do Hotel Ibis, diversos loteamentos e o primeiro condomínio enclausurado da cidade. Já a porção oposta, marcada de rosa claro é a “MAEI – Macro área de expansão industrial”.

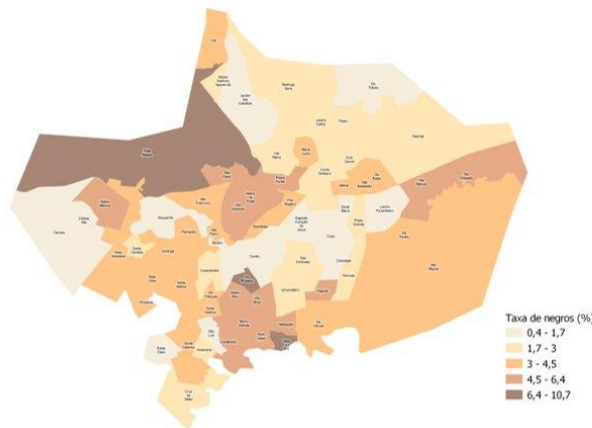
Figura 10: Mapa de zoneamento do Plano Diretor de Lages.



Fonte: Anexo IV-B da Lei complementar nº 523, de 22 de agosto de 2018.

Espacializando os dados do último censo do IBGE (2010), é possível visualizar como a área de segregação das classes dominantes, do centro à nordeste, se destaca como a área branca. Bem como a borda periférica que margeia o lado oposto do centro, onde se inclui o Bairro da Brusque e os bairros formados a partir de HIS pelo estado, é onde aparece uma maior porcentagem de pessoas que se reconhecem negras.

Figura 11: Mapa da população negra em Lages/SC, por bairro.



Fonte: Elaborado pela autora no software Qgis a partir de dados do IBGE (2010).

É interessante observar o contraste do bairro da Brusque, negro, com o restante do centro branco que o margeia. Este mapeamento mostra que o Bairro da Brusque resiste e se mantém como um território negro localizado na área central de Lages, porém, mesmo que sua posição seja central, os investimentos públicos e o planejamento urbano expresso no Plano Diretor, que seguem o vetor oposto, o mantem cada vez mais segregado e periférico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo inicial sobre a segregação urbana de Lages/SC utilizando o seu aspecto racial como principal categoria de análise foi possível elucidar diversos aspectos apresentados principalmente por Villaça. O primeiro deles remete a quando percebemos a segregação entre o Centro e o Bairro da Brusque, mesmo localizados lado a lado, demonstrando que não é possível reduzir a segregação urbana apenas entre centro e periferia.

Outro aspecto que o caso de Lages exemplifica é como a segregação urbana é um instrumento de dominação. Situação que talvez não ficasse tão latente se a categoria racial não fosse levada em consideração, pois, foi justamente com o objetivo de dominação, controle e invisibilidade dos grupos negros que o ordenamento de cidade de Lages se desenhou, e se desenha. Situação que perdura até os dias atuais, pautada na ideologia que as cidades catarinenses são território de pessoas brancas, como se a tese do branqueamento tivesse tido sucesso por aqui. Pesquisas e discussões sobre a presença de grupos negros em outras cidades catarinenses, como essa

presente, são uma forma de contrapor este discurso ideológico que impera desde o início do século XX.

A pesquisa não se encerra por aqui. Mesmo para o mapeamento da existência e presença de pessoas negras em Lages seria necessário pensar em estratégias de coleta para além do censo, como por exemplo, a localização de sedes de religiões de matriz africana, que segundo o mapeamento “Que Terreiro é Esse?” são mais de 24 terreiros de umbanda e candomblé ativos (COSTA, 2019). Seria necessário também levantar dados para compreender desvantagens raciais, socioeconômicas e espaciais que está a população negra em Lages, como as condições de habitação e outras necessidades da vida cotidiana, como o mercado de trabalho, renda, equipamentos públicos e privados de consumo coletivo, saúde e educação.

Apesar de não encerrar a discussão, compreender o caráter histórico e processual da segregação urbana em Lages, que dita a produção do espaço urbano pelo poder público desde as primeiras ações de intervenção de ordenamento da cidade de Lages, confirma o que apontou Villaça que estudar a segregação e a desigualdade é uma premissa para qualquer estudo do espaço urbano no Brasil. Assim, as reflexões geradas por essa pesquisa mudaram os rumos da pesquisa maior em andamento, que inicialmente problematizada a preservação do patrimônio no Centro de Lages, mas que agora pretende olhar para os espaços urbanos periféricos e sua relação com os movimentos de resistência e de luta através do espaço urbano, como por exemplo o Bairro da Brusque e seus referências que perpetuam a identidade negra lageana. Isso se dá por compreendermos que a identificação do patrimônio cultural não deve estar mais pautada apenas nos valores arquitetônicos de objetos produzidos pela classe dominante em seu processo de segregação e exclusão, mas sim valorizar a relação simbólica entre grupos insurgentes com os espaços urbanos que representam resistência.

## **REFERÊNCIAS**

ATAIDE, Sebastião. *O negro no planalto lageano*. Lages: Prefeitura Municipal, 1988.

BOLAY, J. *Intermediación urbana: ciudades de América Latina en su entorno*. Quito: PGU/UM-HABITAT, 2003.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão de terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982. 4 v.

COSTA, Renilda Aparecida. *Que terreiro é esse? Mapeamento das comunidades e povos tradicionais de terreiros de Lages – SC*. 1 ed. - Lages: publicação independente, 2019

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCON, Frank. *Visibilidade e Resistência Negra em Lages*. Letras Contemporâneas, 2000.

GOMES; LIZ. *Momentos de visibilidade dos afrodescendentes em Lages e suas inter-relações*. In: Negros em Santa Catarina. Núcleo de Estudos Negros/Programa de Educação. Florianópolis: Atilende, 2006.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Segregação urbana e racial em São Paulo*. In: Anais da Primeira Reunião Científica de Estudos do grupo As Cidades e o Urbano. DCH/UNEB, Santo Antônio de Jesus – BA, 2012.

OMIZZOLO, Isabela Erig. *Oferta e demanda, Centro e periferia: conexões urbanas na cidade de Lages-SC*. Trabalho de Conclusão de Curso. Uniplac, 2020.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages Editora Uniplac, 2002.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

\_\_\_\_\_. *Lajes, a Rainha da Serra*. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952 – vol. III.

ROSA, Nanci Alves da. *Genealogia da (In)visibilidade negra lageana*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Planalto Catarinense. Lages/SC, 2016.

VARGAS, João Costa. *Apartheid Brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro*. Revista de Antropologia da USP, 2005.

VICENZI, Renilda. *Nos campos de cima da serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776 – 1850*. Tese de Doutorado, UNISINOS, 2015.

VILLAÇA, Flávio. *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*. Estudos avançados, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

\_\_\_\_\_. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Instituto Nobel – FAPESP. São Paulo, 2001.